

NÃO PERCAMOS UMA HORA,
VISTO NÃO TERMOS CERTO
NEM UM SÓ MINUTO.

FÉNÉLON

(Preço avulso: 6\$00) N.º 772
Ano XXVII 3/4/1980

Composição e impressão
«GRAFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETARIO
José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
Telef. 6 25 36 LOULÉ

PORTO
PAGO

A Voz do Algarve

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

A falta de casas e de parques industriais no Algarve

por
VITORIANO ROSA

Um dos problemas mais graves com que o Algarve se debate é a carência de habitações e de parques industriais.

Antes do 25 de Abril, a situação era já bastante difícil. Mas, infelizmente, longe de se abrir caminho para uma mudança favorável da situação, a situação piora dia a dia.

Um dos objectivos dos partidos comunistas (e socialistas) é a de actuarem como quintas-colunas ao serviço da União So-

viética, de forma a que, em caso de guerra, os exércitos soviéticos não encontrem quaisquer dificuldades para a sua penetração, tal como aliás aconteceu em Angola ou no Afeganistão. É a chamada política da terra queimada, ou, segundo outros, do «quanto pior melhor».

Os portugueses em geral, e os algarvios em particular, têm visto como, depois do 25 de Abril, nada praticamente se tem construído: nem habitações sociais nem fábricas, nem hospitais, nem escolas, nem estradas. As excepções que se podem apontar somente justificam a regra. Os políticos gostam mesmo de usar a expressão «é preciso que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma». E, em matéria de construção, alguma coisa se tem feito, de facto, mas somente como cortina de fumo. Ainda recente-

mente, em Linda-a-Velha, uma Comissão de Moradores entregou vinte e cinco casas a pessoas pobres que viviam em barracas. Mas este problema da habitação, ou de edifícios públicos, ou de estradas e arruamentos, não pode depender de «comissões» que têm mais comissões do que outra coisa...

Segundo uma análise feita recentemente em Portimão e comunicada ao Governador Civil de Faro, durante uma sua visita à cidade, cifra-se em cerca de 2 000 (dois mil) o número de fogos de que a população local necessita, para cobrir carências urgentes.

Todos os outros concelhos do Algarve enfrentam idêntico problema. A pergunta sai em uníssono de todas as bocas: como resolvê-lo?

A resposta é simples: como o (continua na pág. 2)

I CONGRESSO NACIONAL sobre o Algarve

Conforme se previa, a iniciativa a que o Racial Clube meteu ombros em realizar uma reunião muito ampla em que se tratasse os assuntos mais pertinentes do Algarve, está a suscitar um interesse que parece garantir à partida um êxito para o I Congresso Nacional sobre o Algarve.

Marcado para 9, 10 e 11 de Maio de 1980 no auditório da Aldeia das Açoiteias, e de acordo com os temas e programa já divulgados, as inscrições para participação e envio de comunicações terminam no dia 15 de Abril, bastando para tal que se envie para o Secretariado do (continua na pág. 9)

O escândalo da água canalizada em Loulé!

Ocasionalmente, chegou ao nosso conhecimento que, no concelho de Loulé, há consumidores de água canalizada que há mais de 20 anos não cumpriram as suas obrigações de pagar à Câmara do nosso concelho a água que consomem em suas casas!

Parece mentira, mas é a pura expressão da verdade. E isto apesar de no momento do contrato, a Câmara exigir um fia-

dor (comerciante) para que a água possa ser ligada!

Algumas dessas dívidas já prescreveram... porque já decorreram 20 anos e outras (parece) estão à espera que passem os 20 anos para que a dívida seja considerada como paga...

Quer isto dizer que a Câmara de Loulé tem milhares de processos de relaxe de água e, com largas centenas, já gastou mais dinheiro do que o valor da dívida!

E o mais espantoso é que a situação se mantém e ninguém até hoje, tem tido a coragem de agir no sentido de cortar a água (continua na pág. 8)

Restituir a confiança aos empresários traumatizados

Num artigo publicado agora no «Diário de Notícias» e que passou praticamente despercebido na avalanche de notícias e parangonas sobre greves e conflitos da reforma agrária, o antigo primeiro-ministro Nobre da Costa afirma categoricamente:

«A principal razão porque se investe pouco em Portugal deve, no entanto, ter mais a ver com os traumatismos a que foi sujeita a classe empresarial e ainda as descapita-

lizações ocorridas no período de 74/75, do que a falta de condições reais».

Outra afirmação categórica de Nobre da Costa é a seguinte:

«Em relação à legislação fiscal e do trabalho temos de reconhecer que a actual situação é actualmente desmotivadora do investimento, sendo urgente rectificá-la».

Finalmente, uma terceira afirmação de Nobre da Costa, a (continua na pág. 2)

Problemas de Vale do Lobo em discussão

Vale do Lobo



UM BELO ASPECTO DA URBANIZAÇÃO DE VALE DO LOBO. UM PEQUENO PARAÍSO DE QUE O TURISMO ALGARVIO SE PODE ORGULHAR — E PORTUGAL TAMBÉM...

(VER NA PÁGINA 3)

Um OVNI em Loulé?

(LER NA PÁGINA 10)

A falta de casas e de parques industriais no Algarve

(continuação da pág. 1) têm resolvido os outros povos civilizados.

O EXEMPLO FRANCÉS

A França, no tempo do general De Gaulle, por exemplo. Com o fim da guerra da Argélia, o regresso ao lar dos «colonizadas» e até de centenas de milhar de argelinos acusados de pactuar ou colaborar com as autoridades francesas, o que se daria em Portugal, quinze anos mais tarde, poderia ter-se dado em França: as ocupações selvagens de residências, a construção de «bidonvilles» (bairros de lata), a proliferação de camarastras em estilo soviético, etc..

De Gaulle evitou uma tal catástrofe, dando trabalho aos desempregados e aos desalojados das antigas colónias, e incentivando um dos períodos áureos do desenvolvimento económico francês, que não se limitou à construção civil, porque esta envolve necessariamente um vasto número de outras indústrias — mobiliário, cimentos, mármores, azulejos, electro-domésticos, etc..

Em meia dúzia de anos, graças a De Gaulle, ergueram-se em França milhões de apartamentos, em cuja construção participaram centenas de milhares de portugueses.

Duas medidas legislativas foram tomadas por De Gaulle, tornando-se decisivas: a nacionalização dos solos tornando-os gratuitos para a construção social e a regulamentação dos contratos de construção.

Por nacionalização de solos não se entenda, de forma nenhuma, algo semelhante ao que se deu entre nós com as nacionalizações gonzalvistas, que não passaram, até hoje, de puros roubos, em que as vítimas perderam tudo de um dia para o outro, aguardando desde então — e já lá vão cinco anos — o cumprimento de vagas promessas de vagas indemnizações em títulos do tesouro, várias vezes anunciadas e sempre adiadas...

As nacionalizações dos solos equivalem ao que, mesmo na época de Salazar, sempre se praticou com o nome de «expropriações por utilidade pública». Em determinada área, que pode dar um excelente bairro social,

surgem aqui e ali umas velhas casas que têm de ser sacrificadas para que o projecto possa concretizar-se? Os proprietários reconhecem o direito do Estado ou da Câmara a que não renunciem ao interesse colectivo somente para não prejudicar meia dúzia de famílias — e pedem uma indemnização. Vêm os avaliadores, calculam montantes e chega-se a acordo. É algo equivalente, aliás, ao que se passa quando um construtor civil quer edificar uns blocos de apartamentos em local onde apenas existe uma velha casa térrea: procura-o e apresenta-lhe uma proposta do tipo «deitar-lhe a casa abaixo em troca de um apartamento moderno, todo mobilado e equipado, e mais umas centenas de contos a render juro ao banco».

O problema da habitação, numa época em que se pode construir, graças aos materiais modernos, com velocidades nunca antes atingidas, somente alcançou preços proibitivos devido ao custo dos solos. Noutros tempos vendiam-se os terrenos a 10\$00 o metro quadrado, mas hoje vende-se o mesmo metro quadrado a 10 contos. Houvesse uma nova política de solos, em que as Câmaras e o Estado renunciassem ao negócio das hastas públicas vendendo terrenos para fazer dinheiro, e Portugal poderia assistir a um fenómeno semelhante ao que se verificou em França — a multiplicação, mais do que de bairros, de autênticas cidades novas, onde as rendas não cobrem mais do que 10 a 20% do salário mínimo nacional.

Acabar-se-ia com a actual especulação de preços ou com o negócio chorudo, para a Caixa Geral de Depósitos e para a banca nacionalizada (deles), dos empréstimos para a construção ou casa próprias, com que a inflação galopante esfrega as mãos de contentamento.

Outra medida tomada por De Gaulle, essencial para os portugueses, consistiria em regularizar os prazos para a construção de habitações. Nenhum projecto deveria ser apresentado sem um plano rigoroso das diferentes fases a cumprir e das datas correspondentes. Erguer uma urbanização, sem se saber quando se poderá ser habitável

a casa que os compradores pretendem — é um erro crasso, que destroi boas-vontades, arruina construtores, semeia de pânico os operários, enfim, desorienta toda a gente.

Em França, antes de se empreender uma construção, todos os empreiteiros — os vidraceiros, os canalizadores, os electricistas, os pedreiros, os marmeiros, etc. — têm reuniões em que acordam em datas rigorosas para que no dia tantos de tal, cada sector da construção saiba antecipadamente o que tem a fazer, com que materiais se tem de apresentar, etc. Quem falta ao que fica estabelecido, é punido, dia a dia, com pesadas multas, devido aos prejuízos que causa aos seus parceiros.

Com esta regulamentação, De Gaulle pôs a construção civil a trabalhar rapidamente e em força.

Porque não adoptar-se entre nós o modelo que a França utilizou para o seu ressurgimento depois da perda do seu antigo império colonial?

Aplicando tal modelo ao caso do Algarve, assistir-se-á a duas importantes transformações: o direito à habitação passaria do papel para os factos e o aumento de postos de trabalho, tão necessários à nossa juventude, passaria a ser constante, porque novas unidades hoteleiras, novos empreendimentos urbanísticos, novas fábricas e novos arruamentos surgiriam com a segurança que a planificação de projectos proporciona dentro dos métodos das novas ciências económicas.

O PROBLEMA HABITACIONAL

Os dezasseis concelhos que o Algarve tem — apesar dos grandes desniveis de rendimento que os seus indicadores económicos

(continua na pág. 4)

Restituir a confiança aos empresários traumatizados

(continuação da pág. 1) quem ninguém poderá acusar de não saber o que diz:

...a multiplicidade de impostos tornam o nosso sistema fiscal incompreensível mesmo para os Portugueses e muito especialmente para os potenciais investidores estrangeiros.

Em conclusão, existe em Portugal neste momento, sob um Governo AD, que tem a fama mas não o proveito de ser da «Direita», nada menos do que um «triângulo de morte», formado por um ângulo de Leis, outro de Medo e outro de Impostos.

Os resultados surgem cada vez mais nítidos no dia-a-dia dos portugueses e, em especial, no dos algarvios, onde o custo de vida, devido ao surto turístico, tem a maior quota inflacionária; para além do aumento dos preços dos bens de consumo, desde a comida até à habitação, escasseiam os postos de trabalho, tanto para a mão-de-obra especializada, como para a não especializada.

Estes dois motivos fundamentais das dificuldades que afetam os portugueses redundam por sua vez num saldo confrangedor: os consumos baixam porque os preços sobem, enquanto a produção, baixando o consumo, baixa também, aumentando fatalmente o desemprego, em vez de diminuí-lo. É um ciclo mortal.

Que esta situação interessa a

comunas e súcias todos o sabem ou têm obrigação de saber. Eles vivem de e para a confusão política, mandando a factura da crise para ricos e para pobres, que os seus chorudos vencimentos e regalias, esses, têm plena garantia no Orçamento Geral do Estado, à custa dos impostos já inventados e dos que, se for preciso, mais se podem inventar...

Os mercenários súcias e comunas não empocalharam o 25 de Abril com leis traumatizantes para os empresários, com assaltos e saneamentos, semeando o Medo e o Desemprego, como se fossem simples meninos travessos furando pneus de automóveis ou espalhando pós de espirrar num jantar de gala... Eles sabem o que querem e por que o querem.

Que democratas-cristãos e sociais-democratas tenham «comido» e «calado», a gente aceita, embora não totalmente convenientes de que não tenham podido fazer outra coisa.

Hoje, porém, a situação é diferente. Encontra-se no Poder um Governo eleito pelo Povo em 2 de Dezembro... e as leis, tal como assinala Nobre da Costa, continuam por rectificar.

Deixará este Governo que aumentem os desempregados? Que aumente o Medo? Que aumente o ódio entre empresários e trabalhadores, quando tanto precisam uns dos outros?

Vitoriano Rosa

FRUTICULTORES EMBALAGENS

Para resolução dos seus problemas de embalagem consulte

EURO CAMPINA, LDA.
(Agente para o Algarve da UNOR
— Fábrica de caixas de cartão canelado
Telefone 66411 — BOLIQUEIME

(3-3)

VENDE-SE EM LOULÉ

a Fábrica de Bolos

LUSITANIA DO SUL, LDA.

COM ÁREA COBERTA DE 600 M2 E PROJECTO APROVADO PARA MAIS 600 M2

CAPACIDADE DIÁRIA DE PRODUÇÃO: 3000 QUILOS

COLOCAÇÃO ASSEGURADA

EQUIPADA COM MODERNÍSSIMAS MÁQUINAS AUTOMÁTICAS

Rua Afonso de Albuquerque, 105

Telefone, 63162

LOULÉ

(4-4)

Uma oportunidade

EXCURSÃO FEIRA DE SEVILHA
4 DIAS: 23 A 27 DE ABRIL

Transporte, Hotel e p/ almoço: 5700\$00

ACEITAM-SE INSCRIÇÕES — A. T. I. S.

Av. Infante de Sagres, 145 — QUARTEIRA

QUARTEIRATUR

AGÊNCIA IMOBILIÁRIA E TURÍSTICA

ALUGUER, VENDA E ADMINISTRAÇÃO DE
APARTAMENTOS — MORADIAS — TERRENOS

Av. Infante de Sagres, 23

Telef. 65488

QUARTEIRA — ALGARVE

PROBLEMAS DE VALE DO LOBO em discussão

Com a presença do Governador Civil de Faro, Dr. José Vitorino, Presidente da Câmara de Loulé, Vereadores e elementos da Direcção Geral de Turismo, representantes dos proprietários das vivendas da Empresa exploradora e dos trabalhadores, realizou-se há dias uma reunião no edifício da Câmara Municipal de Loulé com vista a encontrar as soluções adequadas que garantam a continuação do grande prestígio nacional e internacional do aldeamento turístico de Vale de Lobo.

Recorda-se que ultimamente se tem vindo a verificar um diferendo entre proprietários e empresa exploradora e que a Câmara de Loulé já havia pro-

movido reuniões com os interessados.

Analisadas várias hipóteses para a prestação futura dos serviços básicos aos proprietários em condições a aceitar pelas duas partes, foi obtido acordo no sentido de que a Câmara de Loulé encetará de imediato conversas com cada uma delas.

Em princípio, e sob condições a negociar com os interessados, a Câmara poderá vir a garantir a remodelação das infraestruturas e a prestação dos serviços Camarários normais.

Parece assim que, finalmente, se chegou ao bom senso de se encontrar uma solução para um diferendo que se arrastava perigosamente.

A RADIODIFUSÃO PORTUGUESA volta a falar de «A Voz de Loulé»

Através do seu muito ouvido e apreciado programa «A Cidade e as Serras», de que é responsável Jaime da Silva Pinto, da Rádio Comercial, a RDP voltou há dias a falar de «A Voz de Loulé» ao ler e comentar aos seus microfones a notícia que publicámos acerca dos trabalhos da canalização da água para a aldeia de Alte.

● O jornal «A Tribuna» comenta os objectivos do nosso concurso das chaminés do Algarve

Em número recentemente publicado, o jornal lisboeta «A Tribuna» dignou-se comentar o nosso «Concurso das Chaminés Algarvias» nos seguintes termos:

O jornal «A Voz de Loulé», no intuito de preservar as boas tradições algarvias e ao mesmo tempo contribuir para a valorização turística do Algarve, tomou a iniciativa de promover um concurso das chaminés do Algarve. O êxito bem se pode dizer que foi plenamente alcançado, pois o número de concorrentes foi elevado, pelo que a classificação não foi, também fácil.

Foram três as chaminés classificadas, todas elas de bonitos efeitos, bem trabalhadas e rendilhadas, sem deixar de acenarem a influência mourisca, de tantas reminiscências, naquela província portuguesa.

São iniciativas deste género, que muito poderão contribuir para a defesa e valorização do património artístico, não só regional, como nacional.

Também «A Voz de Loulé» está a publicar «As Mouras Encantadas e os Encantamentos do Algarve», de Ataíde de Oli-

veira, obra já hoje rara e dispersa, que se impunha dar de novo à estampa.

● «Barricada» transcreve de «A Voz de Loulé»

Em número recente, dignou-se o combativo jornal «Barricada», de que é director o corajoso jornalista Silva Nobre, que tem sido (e já era antes do 25 de Abril) um dos mais destemidos jornalistas portugueses, transcrever do nosso jornal um artigo assinado pelo nosso dedicado colaborador Filipe Viegas, a propósito do que dirigiu palavras de simpatia para com o nosso jornal.

● O jornal «ABC» transcreve de «A Voz de Loulé»

Em edição especial dedicada ao Algarve, de 10 de Março, o jornal «ABC» transcreveu a totalidade do extenso artigo que recentemente publicámos acerca da actividade da Câmara de Loulé e também um outro da autoria do nosso dedicado colaborador dr. A. Sousa Pontes, intitulado: «A produção de azeite no concelho de Loulé e no resto do País».

Os nossos agradecimentos pelas deferências de que estamos sendo alvo.

PRECISA-SE

CASA DE DECORAÇÕES, Anglo-Portuguesa, necessita de senhora para trabalhar nas seus escritórios para escrever à máquina, enviar requisições e telefonar a fornecedores. É essencial ter conhecimentos da língua inglesa. Horário das 9 às 13 h. e das 14,30 às 18 horas de Segunda-feira a Sexta-feira.

Telefonar para D. Raulin Fernandes, solicitando boletim de candidatura — CAN-DIA, LDA. — Almancil — Algarve, Telef. 94437.

Visite as
NOVAS INSTALAÇÕES

Conclusões do I Encontro de Quadros do Algarve da JSD

Promovido pela Comissão Política Distrital de Faro da Juventude Social Democrática, realizou-se nos dias 23 e 24 de Fevereiro de 1980, o I Encontro Regional de Quadros da JSD do Algarve. O Encontro teve lugar no Hotel Baltum, em Albufeira e nele apresentaram comunicações destacados dirigentes nacionais da JSD e do PSD, a saber:

Dr. José Vitorino — Presidente da Comissão Política Distrital de Faro do PSD.

Deputado Dr. António Lacerda — Presidente da Comissão Política Nacional da JSD e Membro do Conselho da Europa.

Deputado António Cabecinha — Dirigente nacional da UGT e da TESIRESD e membro da Comissão Política Nacional do PSD.

Vasco Grade — Responsável pelo sector sócio-profissional da Comissão Política Nacional da JSD.

Carlos Coelho — Membro da Comissão Permanente da Comissão Política Nacional da JSD.

Estiveram também presentes João Azevedo, Presidente do Conselho Nacional da JSD, Manuel Mateus, responsável pela Regionalização Sul da Comissão Política Nacional da JSD, e cerca de 40 jovens dirigentes sociais democratas do Algarve e do Baixo-Alentejo.

Procedeu ao encerramento e abordou a situação política e económica portuguesa o deputado Cabrita Neto, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Comércio e Turismo e dirigente do PSD de Albufeira.

Aqui ficam as Conclusões do Encontro:

«Os dirigentes da Juventude Social Democrática do Algarve, reunidos em Albufeira nos dias 23 e 24 de Fevereiro de 1980 aprovaram as seguintes conclusões:

1. A necessidade de coordenar as actividades económicas e as estruturas sociais do Algarve impõe a introdução de reformas que conduzem à criação da Região Administrativa do Algarve.

2. Nos sectores económicos preconiza-se:

2. 1. PESCAS — Aproveitar a riqueza das nossas costas através de:

2. 1. 1. — Intensificação de investimentos para melhoria dos portos.

2. 1. 2. — Modernização da frota, tendo em vista melhor

rentabilidade e salários mais altos.

2. 1. 3. — Instalação da rede de frio.

2. 1. 4. — Melhorar o funcionamento e instalações das lotas.

2. 1. 5. — Criação de uma Escola de Pescas.

2. 2. — AGRICULTURA — Aproveitar as condições naturais da agricultura do Algarve adoptando, entre outras, as seguintes medidas:

2. 2. 1. — Incentivar a exportação para o Mercado Comum.

2. 2. 2. — Construção urgente de barragens, tendo em vista aumentar a área irrigada e alimentar os caudais subterrâneos.

2. 2. 3. — Apoio ao Movimento Cooperativo e Associativo para defesa dos pequenos e médios agricultores.

2. 2. 4. — Melhoria do sistema de crédito.

2. 3. — TURISMO — Desenvolver as potencialidades do Turismo Algarvio tendo especialmente em atenção a criação de mais postos de trabalho, adoptando uma política que contempla:

2. 3. 1. — Implementação, de acordo com as estruturas representativas dos trabalhadores, dos empresários, do ensino, e da Administração Pública, de um esquema viável de «férias

repartidas», defendendo assim a manutenção dos contratos de trabalho.

2. 3. 2. — Desenvolvimento turístico da Serra Algarvia e do Sotavento, por meio de investimentos e melhores vias de comunicação.

2. 3. 3. — Criação de parques de campismo com boas instalações.

2. 3. 4. — Medidas energéticas contra a população.

2. 4. — INDÚSTRIA.

2. 4. 1. — Criação de parques industriais.

2. 4. 2. — Inventariação e desenvolvimento da exploração dos recursos mineiros.

3. — COMUNICAÇÕES.

3. 1. — Construção da ponte sobre o Guadiana.

3. 2. — Construção de uma via rápida de Lagos a Vila Real de Santo António.

4. SAÚDE — Melhoria e implantação das estruturas de saúde designadamente pela entrada em funcionamento do Hospital das Caldas de Monchique.

5. — ORDENAMENTO TERRITORIAL — Impõe-se um estudo global do Algarve.

6. — DEFESA DA QUALIDADE DA VIDA DOS ALGARVIOS — São urgentes medidas tendentes à defesa do meio ambiente e melhoria das condições de habitação das populações.

(Conclui no próximo número)

O problema dos Fundos Fides levantado na A. R.

Ao abrigo das disposições constitucionais, o deputado do PSD António Duarte e Duarte Chagas, dirigiu ao Ministério das Finanças o seguinte requerimento:

«Considerando que milhares e milhares de portugueses entre os quais muitos emigrantes, investiram a totalidade das suas economias, produtos de largos anos de árduo trabalho em Fundos Fides e que desde Abril de 1974 deixaram de poder dispor dos referidos títulos.

Considerando que os anteriores Governos foram sucessivamente protelando a solução deste caso.

Pergunta-se:

1.º — Quando são pagas as unidades de participação nos re-

feridos «Fundos Fides» aos detentores de pequenas quantidades e aos restantes qual a altura da sua substituição por títulos de Tesouro?

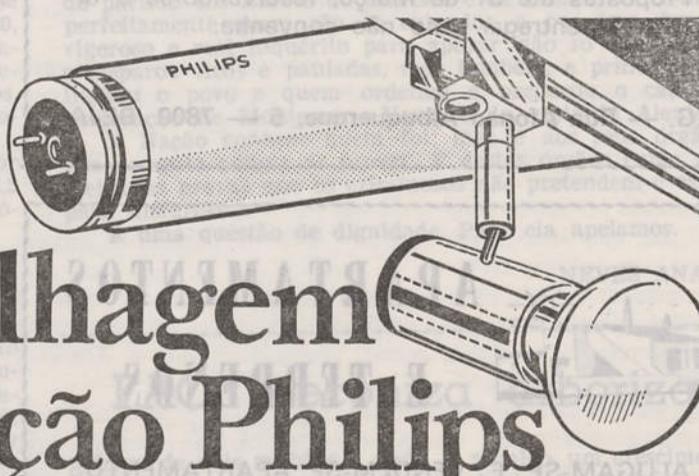
2.º — Quando são pagos os juros em dívida em referência ao segundo semestre de 1974, ao ano de 1975, ao primeiro semestre de 1976 e ao terceiro trimestre de 1979?

3.º — Pensa o Governo actualizar a taxa de juros em relação a tais títulos, dado a irrisória (5%) pela qual pagaram parte dos juros em atraso?

Lisboa, 20 de Março de 1980.

O Deputado do PSD
António Duarte e Duarte Chagas

Lâmpadas e toda a aparelhagem de iluminação Philips



Estabelecimentos
jomeluz
COMÉRCIO DE ARTIGOS ELÉCTRICOS, LDA.
Rua Dr. Justino Cúmano, 13
Telefone 24432 - 24021 - 26018
8000 FARO

CAVACO SILVA

UM LOULETANO EM EVIDÊNCIA

O Ministro das Finanças e nosso ilustre conterrâneo Cavaco Silva continua a revelar-se um economista excepcional.

Disso são testemunho os constantes elogios de que tem sido alvo em jornal de Lisboa. E para que os nossos conterrâneos fiquem conhecendo melhor a sua forte e indiscutível personalidade e valor, arquivamos hoje, nas colunas de «A Voz de Loulé», o seguinte artigo publicado em «O País» de 15 de Fevereiro:

«A política económica esteve em foco na semana que finda. Muitos factos deram a imagem da «mudança» e em todos eles a personagem de maior evidência foi o ministro das Finanças e do Plano, Cavaco e Silva.

A apreciação técnica das medidas tomadas não cabe nesta secção. E sabe-se que elas foram, pelo menos, controversas mesmo nos meios partidariamente obrigados a apoiar e justificar as decisões do Governo. E até nos centros que receberam a vitória da Aliança Democrática com inequívocas manifestações de regozijo e com a expectativa de uma esperança renovada.

Também se pode salientar o enorme risco político que o Governo aceitou ao afirmar tão categoricamente a sua confiança no êxito das inovações introduzidas: «não tenho dúvidas de que os preços vão baixar», afirmando isto alguns dias depois de ter decidido aumentar alguns preços de produtos essenciais. Vão em sentido totalmente inverso as estimativas dos organismos internacionais especializados na matéria. A oposição ao Governo apostou forte no insucesso dessas inovações.

Os membros da coligação receiam as dificuldades de explicar, em termos perceptíveis, a imponderabilidade de uma conjuntura internacional excessivamente cambianta que possa impedir e, portanto, justificada, a falta de concretização dos propósitos governamentais.

Só Cavaco e Silva manifestou segurança. Respondendo aos jornalistas. Informando o público através da Televisão. Segurança e convicção. Se o êxito de um Governo depende, em primeira análise, do grau de credibilidade que conseguiu obter, Cavaco e Silva foi mestre na arte de o elevar. Não revelou a menor hesitação. Ninguém lhe apontou qualquer dúvida. Se é jogador de bridge, deve estar habituado à voz do «redobro». Foi isso que fez em relação a todos que julgam dispôr de melhores cartas do que ele.

Se é permitido analisar o comportamento do ministro das Finanças e do Plano fora do âmbito governamental para o apreciar no campo, mais estreito mas também importante, das relações interpartidárias, poderá dizer-se que Cavaco e Silva retirou a Freitas do Amaral (portanto, ao CDS) o privilégio da iniciativa na inovação, na «mudança» eleitoralmente prometida, para a conferir aos militantes do PSD. E isso é, politicamente, importante. Embora se possa dizer igualmente que os riscos que o Governo assumiu são os riscos do PSD. Muito maiores do que os riscos consentidos pelo CDS com as inovações de Freitas do Amaral no domínio da política externa.

Riscos que, em perspectiva mais focalizada, são de Cavaco e Silva. Jovem e brilhante pro-

fessor universitário que arrisca a autoridade do seu magistério e o prestígio da sua competência técnica.

Mas Cavaco e Silva está seguro e convicto. E como o risco não é só dele e de quem nele confiou mas de todos os portugueses que arriscam o seu magro quinhão de pão que os sustenta e a estreita telha que os abriga, tenhamos todos a esperança de que a sua segurança e a sua convicção tenham fundamento razoável.

Porque daremos a glória a quem quer que seja que nos salve. A Cavaco e Silva por maioria de razões pois teve a coragem de enfrentar o desafio. Subscrevendo, de corpo e alma, as medidas que, segundo o seu entender, podem salvar Portugal.

Assim seja.

A. P.

A Voz de Loulé, n.º 772 de 3-4-80

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ

Sec. Aux.

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

FAZ-SE saber que na Execução Sumária n.º 73/79 que FRIMÓVEL, LDA., com sede em Faro, move contra a executada MADALENA DURÃO CABEÇAS, residente no restaurante «Viking», em Vilamoura, freguesia de Quarteira, desta comarca, é esta executada CITADA para no prazo de 5 dias, finda a dilação de 30 dias, que começa a correr depois da segunda e última publicação do presente anúncio, deduzir oposição, pagar à exequente ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo se devolver à exequente o direito de nomear bens à penhora, já que esta é credora da executada da quantia de 12 109\$60, conforme letras juntas ao processo e que não foram pagas no prazo ou vencimento.

Loulé, 19 de Março de 1980.

O Juiz de Direito,
a) Mário Meira Torres Veiga

O Escrivão de Direito,
a) Américo Guerreiro Correia

MAIS CASAS — melhor habitação

O Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, dr. Casmir Pires, declarou há dias em Viana do Castelo que o Governo tenciona lançar a construção de 26 000 fogos ainda no decorrer do presente ano.

Para tanto, o Governo conta com maior volume de meios necessários, assim como com o desbloqueamento financeiro dos programas CAR, PRID e Autoconstrução, ao mesmo tempo que é sua intenção beneficiar os municípios e as cooperativas de habitação com subsídios, sem esquecer o necessário incentivo à actividade privada.

Sabemos que a Câmara de Loulé já encetou diligências no sentido de se proceder à rápida conclusão do bairro já há anos constituído no antigo campo da feira e criminosamente abandonado, enquanto centenas de pessoas aguardam ansiosamente que lhes seja entregue a prometida casa para poderem melhorar as suas condições de vida.

De salientar que a Câmara socialista, que esteve à frente dos destinos de Loulé durante os últimos anos, se preocupou com a solução deste magnifico problema que tanto tem afectado a população local e que, durante muito mais de um ano, não encetou um mínimo de diligê-

cias no sentido de pressionar a tão necessária conclusão de uma obra que se impunha fosse acabada no mais curto espaço de tempo possível.

Em consequência dessa inexplicável incuria Loulé perdeu de receber milhares e milhares de contos vários que seriam gastos na construção de habitações se... a nossa Câmara tivesse interesse em receber as verbas que lhe foram oferecidas... Nem sequer tinha sido necessário pedir. Bastava acelarar!

E nem isso foi feito. Incrível mas verdadeiro!

Por este e muitos outros exemplos patentes por todo o País se conclui facilmente que só em teoria o Partido Socialista defende os interesses das classes trabalhadoras. A prova está bem à vista quando prometia tantas casas para tantos portugueses e tudo fazia para travar, travar, travar e voltar a travar a construção de mais casas para mais portugueses poderem viver mais decentemente...

A Voz de Loulé, n.º 772 de 3-4-80

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ

Secção Auxiliar
Ex. Sumária 45/79

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

FAZ-SE saber que por este Tribunal Judicial de Loulé, correm éditos de 20 dias, contados da segunda e última publicação do presente anúncio, CITANDO os CREDORES DESCONHECIDOS do executado Francisco Jacinto Neves Oliveira, comerciante, residente na Rua 5 de Outubro, em Loulé, para no prazo de 10 dias, posterior ao dos éditos, reclamarem o pagamento de seus créditos pelo produto dos bens penhorados sobre que tenham garantia real, na execução sumária movida por Sincal — Sociedade Industrial e Comercial de Abrasivos, com sede em Abrunheira — Sintra.

Loulé, 4 de Fevereiro de 1980.

O Juiz de Direito,
a) Mário Meira Torres Veiga

O Escrivão de Direito,
a) Américo Guerreiro Correia

ALUGA-SE

Apartamento com três assoalhadas e garagem, situado na Rua Frei Joaquim de Loulé.

Informa na Rua dos Combatentes, n.º 24-1.º — Campina — LOULÉ.

(2-1)

CLÍNICA OFTALMOLÓGICA E PEDIÁTRICA

MÉDICOS ESPECIALISTAS:

DR. PALMA NUNES
Doenças dos Olhos

DR. PAULINA SANTOS
Doenças das Crianças

Marcações pelo Telefone 28704
FAR

(8-1)

Vendem-se

PROPRIEDADES COM CORTIÇA

SANTANA DA SERRA — OURIQUE

«CORTE D'ALVA», junto à Barragem, 107 ha, sendo 74 com SOBREIROS, tiragem anual, cortiça boa qualidade, de 10 anos, fácil acesso.

«PEREIRO», 75 ha., terras semementeira, próximo CORTE D'ALVA.

Propostas até 31 de Março, reservando-se o direito de não entregar caso não convenha.

V.C.G. — Rua Afonso Albuquerque, 5 — 7800 BEJA

APARTAMENTOS E TERRENOS

ALUGAM-SE E VENDEM-SE APARTAMENTOS

E TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO E AGRICULTURA.

TRATAR COM CONCEIÇÃO FARAJOTA, RUA D.

AFONSO III - R/C, Fte. — QUARTEIRA, OU PELO TE.

LEFONE 65852 (das 20-22 h.).

(12-8)

LUÍS PONTES

ADVOGADO

Rua D. Paio Peres Correia,
N.º 31 — Telef. 62406

LOULÉ

Para os que têm ouvidos e não ouvem

Para os que têm olhos e não vêm

XIII

Terminamos com este artigo as considerações que nos mereceu o folheto deixado como lição de profundo significado político e social, como aliás já anteriormente o afirmamos, pelo Dr. Marçal Pacheco, esse louletano de fibra desaparecido do número dos vivos em 1896 aos 49 anos de idade.

Para darmos toda a sua biografia, impressa pelos seus coevos, para além do que foi dito em artigos anteriores, transcrevemos hoje alguns artigos então publicados e, pelos quais mais se confirma o porte e idoneidade moral de que era possuidor. Comecemos pois, por quem, sendo seu adversário político dele disse o que vai ler-se:

MARÇAL PACHECO

«Ontem à noite recebeu-se nesta cidade (Lisboa) a notícia do falecimento de Marçal Pacheco. Pela manhã anunciaram telegramas de Loulé que ele se achava na agonia. A tarde, porém, dizia-se que amigos seus receberam informações, dizendo ser gravíssimo o seu estado, mas não desesperado. Foram mentirosos esses boatos. Quando corriam, a morte já o empolgara. Bruxoleava nos derradeiros clarões a luz daquele grande espírito. E o pobre corpo, há tantos anos devastado de sofrimentos, aquietava-se no eterno repouso, no sono de que se não acorda mais!»

Quem o visasse, a Marçal Pacheco, não diria que estava em pleno vigor da existência aquele homem, andando de varas, parecendo arrastar o peso de muitos anos. O indiferente, que lhe falasse, não julgaria pelo seu todo arrastado, palavras caindo-lhe espaçadamente dos lábios, olhos um todo nadando adormecidos, e movendo-se sob as pálpebras arroxeadas, que estava ali alguém ainda quase na mocidade! Se os olhos são, na frase do poeta, as janelas da alma, deveriam ser jorros de luz os clarões expêndidos do seu olhar!

A doença, porém, os desgostos, as lutas da vida, as suscetibilidades dum ânimo finíssimo, torturas morais de longos

anos, alquebraram aquele corpo e, dia a dia, o arrastaram para a beira da sepultura. Periodos de amargura, de concentrada agonia moral, de dúvida e de azedume salteavam-no nesses quadros de dôr. A enfermidade que lhe marrasmava as forças não o deixava trabalhar. E, raro Marçal Pacheco, afirmava publicamente, no parlamento ou imprensa, o seu extraordinário valor, a témpera do seu espírito vibrantíssimo, fino e lampante como a lâmina de uma espada, enroscando-se como uma cobra no argumento do adversário, ferindo-o com a vivacidade do ataque, pungindo-o com a vivacidade da ironia, deslumbrando-o com o explendor da graça, estonteando-o pela argúcia da subtileza, dominando-o, vencendo-o!

Grande e luminosíssimo talento, que não resplandeceu e frutificou tanto quanto valia, porque Marçal Pacheco nasceu pobrissimo e teve de lutar muitos anos para adquirir uma posição em que se afirmasse, porque o seu infinito amor pelos seus, que ele estremecia até ao desvairamento, quase o obrigou a labutar os melhores anos da vida — sabe Deus com que dôres — para os ajudar, porque, quando uma aragem de felicidade soprava em volta dele, a doença se lhe assenhoreava do corpo, e o fez viver nestes últimos anos, tristíssima e dolorosa vida!

Há oito anos que Marçal Pacheco casara. Era rica, formosa e cheia de bondade e ternura, a senhora a que se unira. Pois por uma triste fatalidade, os seus padecimentos recrudesceram pouco depois do casamento, quando ele vivia doido de felicidade, amado, entregue ao seu amor, escorraçadas as sombras negras dos maus dias!

Nasceu-lhe o primeiro filho pouco depois do regresso do estrangeiro aonde fôr buscar alívios aos seus padecimentos. Como ele o adorava, era vê-lo elevado no balcão dos lábios infantis, tomando-o ao colo, beijando-o com sofreguidão nos cabelos! Nas horas de dor, quando no leito se estorcia desfigurado, lívido, gotejando-lhe suor do rosto gritando em arancos, que despedeçariam o co-

ração insensível, a dôr da alma era ainda maior que a do corpo! Deixá-la a ela, a pessoa que lhe dera na vida as maiores alegrias e socorros, deixá-lo ao seu filho! Ah! Quem estas linhas escreve, viu-o numa dessas horas de indissível sofrimento. Nunca as podemos esquecer! E longe daqui, reconstruindo na memória o quadro angustioso de então, parece-me assistir a essa tremenda agonia em que o espírito havia de lutar desesperadamente, preso ao corpo, não por amor do miserável envolvimento, onde não havia fibra que não fosse dolorida, mas pelo horror de deixar para sempre aqueles que adorava tanto, que era um fanatismo, quase um excesso até, a paixão que a eles o prendia!

Repouse em paz. Nossa adversário, não queremos recusar o preito da nossa admiração ao seu grande espírito, e deixar de manifestar a nossa tristeza pela sua morte. Repouse em paz, na sua querida terra, no cemitério da sua aldeia, lá longe, num recanto do Algarve, que ele amava tanto e de cuja natureza, dos seus arvoredos, do seu mar que o embala, ele falava sempre, com tanto entusiasmo e com tanto amor. Recebiam todos os seus a expressão da nossa márgua. Durma repouse em paz».

Este artigo está assinado por José de Alpoim, que era o chefe do partido progressista dissidente.

Como já aqui dissemos o Dr. Marçal Pacheco militava no partido regenerador.

O chefe do seu partido, Hinze Ribeiro disse dele: não me permitem os meus trabalhos de todos os dias escrever quanto eu desejaria acerca de Marçal Pacheco. Só posso, como amigo que fui, associar-me à homenagem que o seu jornal lhe prestava, com a funda impressão de sentimento, que a notícia da sua morte me causou.

M. J. Vaz
(Continua)

A crise energética e os seus reflexos

A cimeira da OPEP findou em Caracas (Venezuela) sem os países produtores chegarem a acordo sobre o preço de venda do petróleo, que os mais moderados (como a Arábia Saudita) queriam a 24 dólares o barril, e, outros (Líbia, Irão, Argélia e Nigéria), pretendiam a cerca de 30 dólares. Portanto, a crise mundial vai agravar-se, em 1980, não só nos países industrializados, mas ainda mais nos pequenos países menos desenvolvidos, como o nosso, que importa todo o petróleo que gasta.

Note-se ainda, que o anterior preço do petróleo era de 23,5 dólares o máximo, e de 18 dólares o mínimo.

E, enquanto a Espanha, que já tinha cinco centrais nucleares, ordenou a construção de mais duas, e outros países reduzem a velocidade e o gasto de energia eléctrica, para poupar combustíveis (assim ordenara o Governo de Mota Pinto), nós continuamos a protestar contra as centrais nucleares, que a Rússia há muito tempo já tem, sem protestos de nenhuma...

Tarefa inglória aguarda o VI Governo, que a AD tem estado a forjar em segredo desde a sua vitória eleitoral.

Nem nos pode servir de lenitivo que os países comunistas do Leste europeu enfrentam o rápido declínio da sua economia, pois também o comunismo reduzindo a pobreza e a bichas contínuas as populações, não pôde resolver os seus problemas, apesar de a Rússia ter muito petróleo.

A LINDA CONSTITUIÇÃO QUE NOS DERAM

(Continuação)

XVII

Para desmistificar os inimigos de Portugal, os quais continuam a ludibriar os portugueses com a afirmação da beleza da colectivização, vamos apresentar o seguinte:

17 — A nossa produção anual de trigo andava por 700 mil toneladas e vem a decrescer desde a colectivização até não ter chegado no ano passado a 200 mil.

Daí o grande encargo nacional de comprar-se no estrangeiro mais de 500 mil toneladas para termos pão para a boca.

Todavia as despesas com a lavoura aumentaram enormemente, e o déficit resultante é pago pelo Estado, e não pelos parasitas que, do Alentejo, sugam o sangue dos portugueses.

Se são os parasitas que tomaram conta das terras e as exploraram, deveriam ser eles a suportar as despesas dessa exploração; mas não são eles a pagar tais despesas; é o Estado com créditos de emergência que paga as despesas de exploração de muitos U. C. P. e de muitas Cooperativas, créditos que muitos dos parasitas não liquidam ao Estado.

E mais: nenhum deles paga as contribuições dessas propriedades ao Estado.

Como o Estado é cúmplice nesta roubalheira, nós contribuinte, vimos convidar todos os portugueses a negarem ao mesmo Estado o pagamento das suas contribuições enquanto os parasitas que exploram as propriedades colectivas não paguem as contribuições em dívida.

18 — Nós portugueses devemos recusar-nos a ser menos do que os parasitas que exploram as terras alentejanas, e se o Estado não os obriga a pagar contribuições das terras que exploram, não tem o mesmo Estado o direito de exigir um tal pagamento dos portugueses.

Mais ainda: se esses parasitas não pagam ao Estado os créditos de emergência que lhes têm sido concedidos, nós portugueses devemos exigir ao Estado português:

- que nenhum crédito lhes seja concedido sem que o pagamento do que está em dívida seja efectuado;
- que sejam devolvidas ao Estado as propriedades cujos utentes não mostrem capacidade de torná-las úteis à Colectividade.

19 — Depois de quase nada produzirem e de muito custarem ao Estado, ou seja a todos os contribuintes, os utentes das U. C. P. gastam grande parte do tempo em comesinas colectivas, em pleários (comícios), em passeatas com caravanas de tractores reboando atrelados, tudo à custa do infeliz contribuinte de Portugal.

Mas não é só isso: são também os insultos e desacatos aos poderes públicos, as ameaças à Ordem Pública e à Lei, em obediência ao P. C. e a U. D. P.

Há meses que estes dois partidos vêm num crescendo de incitamento ao crime, pregando a desobediência à lei e à autoridade, até que chegou o momento de ataque frontal à G. N. R. com elementos da Cooperativa Bento Gonçalves, auxiliados, encorajados e espicaçados por elementos das U. C. P. e da Cintura Industrial de Lisboa, idos propositadamente para auxiliar a rebeleia nesta Cooperativa.

A G. N. R., que tantas vezes tem sido provocada, insultada e enxovalhada por tais desordeiros, sem responder-lhes devidamente, desta vez teve de usar a sério das armas que possuía, em sua defesa pessoal, para evitar de ser chacinada com tiros, pedradas e pauladas, que lhe eram arremessadas.

Resultado: vários soldados da G. N. R. feridos e dois mortos do bando de assaltantes.

Agora, de quem foi a culpa?

Imediatamente a imprensa comunista, o P. C., a U. D. P., a R. D. P. e T. V. abriram as guelas soprando culpas da G. N. R., e pedindo severas sanções para esta.

Onde foram tais órgãos provocadores colher provas contra a G. N. R.?

Todos eles apresentaram as provas que os amotinados lhes forneceram, omitindo por completo prova de outros sectores.

Todavia a Nação, que vem assistindo há muito tempo às provocações, às calúnias, às falsidades e às torpes insinuações do P. C., do partido dos Barões do Marisco e da sinistra Inter-Sindical, sabe perfeitamente quem são os culpados, e por isso deve exigir um vigoroso e real inquérito para apurar não só quem atirou pedras e disparou tiros e pauladas, mas também, e principalmente, quem incitou o povo e quem ordenou e preparou o caminho para a sublevação de Montemor-o-Novo, e do restante Alentejo.

A Nação conhece quem foi; mas é aos seus órgãos próprios que compete coligir as provas. E destes órgãos exige provas completas, as provas que os criminosos não pretendem e exigem outras para disfarçar...

É uma questão de dignidade. Para ela apelamos.

NEVES ANACLETO

FAO preconiza arborização

Cerca de dois milhões e meio de hectares de terreno em Portugal, têm condições para, a breve prazo, serem arborizados, com grandes vantagens económico-sociais e de regularização do clima no país.

Esta uma das conclusões a que chegou a Comissão Nacional da FAO, durante uma reunião que contou com a participação de técnicos portugueses e finlandeses.

Actualmente as áreas arborizadas em Portugal ocupam apenas três milhões de hectares. O seu aumento para quase o dobro significaria, no plano eco-

nómico, um crescimento da produção de madeira, do papel e de outros subprodutos com expressão comercial além de que contribuiria indirectamente para a fixação das populações rurais, evitando o seu êxodo controlado para os centros urbanos, com todos os problemas sociais que isso acarreta.

Recorde-se que a contribuição da floresta para a balança comercial e de pagamentos portugueses assume particular importância, representando, neste momento, cerca de um quarto do total das exportações.

POETAS E TROVADORES também já têm o seu jornal

Acaba de aparecer o «Jornal dos Poetas & Trovadores», mensário, que vem ocupar um lugar desde sempre em aberto nas artes, nas letras e em especial na poesia. Assim, os poetas de expressão portuguesa dispõem, a partir de agora, do seu próprio jornal e sendo «um jornal aberto a colaboração dos seus leitores, no sentido de pesquisa

Clube Rotário

em Loulé?

O Presidente do Rotary Clube de Faro, acompanhado dum grupo de rotários desta cidade, deslocou-se há dias a Loulé a fim de prestar esclarecimentos e informações sobre o movimento rotário mundial a um significativo grupo de cidadãos louletanos.

A sessão, que teve lugar no Restaurante «Bica Velha», foi muito concorrida e deverá ter contribuído para a criação de mais um clube rotário no Algarve, que já conta com clubes em Faro, Portimão, Albufeira, Lagos e Vila Real de Santo António.

TÍTULO DO JORNAL DA «CASA DO ALGARVE» DE ALMADA

Deu-nos há pouco o prazer da sua visita este simpático órgão de informação das actividades da Casa do Algarve no Concelho de Almada, que nos revela a força da persistência e o dinamismo de um punhado de algarvios radicados naquela próspera cidade.

O boletim recebido refere-se aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março do ano em curso ou seja o N.º 3, cuja leitura registámos com agrado e aconselhamos aos nossos conterrâneos radicados na zona de Almada.

No presente boletim — O «Marafado» cheio de apontamentos oportunos e curiosos registámos o artigo de fundo «Lutando pelo bom convívio».

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ
1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º A-113, de fls. 109, v.º a 112, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual Benvindo Rodrigues Tenente, e mulher, Dilia Maria Martins Bacio, residentes na Estrada da Senhora da Saúde, n.º 75, da cidade de Faro, e Rogério Rodrigues da Silva e mulher, Maria dos Santos Cabrita Oliveira, residentes no sítio da Patã de Cima, freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, em comum e em partes iguais, e com exclusão de outrem, de 1/2 indivisa do seguinte prédio:

Rústico, constituído por uma courela de terra, de semear, com árvores, no sítio do Pinhal ou Patã, freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé, confrontando, correctamente, do norte com António Martins Mogo, do nascente com Maria José da Silva, do sul com caminho e do poente com Firmino Coelho da Silva, omissa na Conservatória do Registo

predial deste concelho, e inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número mil oitocentos e cinquenta e dois, com o valor matrício, correspondente à aludida fracção indivisa, de quatro mil e quarenta escudos, e a que atribuem o de vinte mil escudos;

Que a aludida fracção indivisa de metade do prédio que acaba de ser descrito, lhes pertence, pelo facto da mesma ter sido doada aos varões, em comum e em partes iguais, sem qualquer reserva ou encargo e com dispensa de colação, por seus pais, João da Silva Tenente e mulher, Inácia da Conceição, naturais da freguesia dita de Boliqueime, e residentes no sítio da Patã de Cima, da mesma freguesia, por escritura de trinta e um de Outubro do ano findo, lavrada a folhas cento e vinte e três, do livro número C-cento e dez, de notas para escrituras diversas, deste Cartório;

Que atendendo ao disposto no artigo treze, número um do Código do Registo Predial, não é aquela escritura título suficiente para registo, a verdade, porém, é que, os doadores, os aludidos João da Silva Tenente ou João da Silva Tenente Júnior e mulher, eram donos e legítimos possuidores da fracção indivisa do prédio supra descrito, pelo facto da

mesma lhes ter sido adjudicada e ficado a pertencer na partilha dos bens da herança aberta por óbito de seu pai e sogro, João da Silva Tenente, que faleceu no estado de viúvo e que foi residente no aludido sítio da Patã de Cima, efectuada entre todos os seus herdeiros e interessados, em data imprecisa mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e quarenta e dois, por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública, — sendo também certo,

Que desde a referida data, portanto há mais de trinta anos, sempre os transmitentes, os aludidos João da Silva Tenente e mulher, possuíram a fracção indivisa de metade do prédio supra descrito, em nome próprio e sem a menor oposição de quem que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo assim a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que na data em que pela citada escritura de trinta e um de Outubro do ano findo, a doaram a eles justificantes varões, também já a haviam adquirido por usucapção; e

Que em face do exposto não têm eles justificantes possibilidade de comprovar a aquisição da referida fracção, pelos doadores, pelos

meios extrajudiciais normais; — consignando-se por último,

Que o referido transmitente João da Silva Tenente aparece como titular de três quartos do citado artigo número mil oitocentos e cinquenta e dois, na inscrição matrício já mencionada, por manifesto lapso, que não saem explicar.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 27 de Março de 1980.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

AGÊNCIA
VICTOR
FUNERAIS
E TRASLADACOES
Serviço Internacional
Telefones 62404-63282
LOULÉ — ALGARVE

Sessões políticas de esclarecimento

Para análise da situação política e informação partidária, o Departamento de Opinião Pública do CDS, de Faro, passou a promover, sessões de esclarecimento para todos os seus fiéis e simpatizantes.

Estas sessões realizam-se na sede do CDS em Faro, todas as 4.ª feiras, pelas 21.30 horas.

PRECISA-SE

Mecânico para motores a Diesel.

Tratar pelo Telefone 62482 — LOULÉ. (2-1)

AMENDOEIRA

Vende-se propriedade composta de casa e terreno todo murado com 3.300 m² e courela de terra de semear com árvores, com 7.620 m², ambas situadas no sítio da Amendoeira.

Informa-se na firma LUATO ACESSÓRIOS, na Av. José Costa Mealha, 37 — LOULÉ. (2-1)

VENDEM-SE

Apartamentos de 3 associadas em FARO ou trocam-se pelos de praias.

Trata: Manuel Bota Filipe Viegas — Vale d'Éguas — ALMANCIL — Telef. 94115.

Leia — Assine

Divulgue

«A VOZ DE LOULÉ»

FOLHETIM «AS MOURAS ENCANTADAS E OS ENCANTAMENTOS DO ALGARVE», pelo Dr. Ataíde Oliveira

ho caminho ao mestre e pellejarem com elle e forão dormir a hum coluguar onde chamão o **desbarato** contra a serra e o mestre deitou parte e passou de noite por loulé que o não sentiu ninguém e indo pelo caminho direito que vem para tavira as suas escutas que vinhão adiante sentirão os mouros que ali jazião e ali se deteve o mestre e não quiz andar e jouverão ali toda aquella noite... e depois que foi a noite gastada... começoce entre elles uma forte pelleja e cada um se defendia mui bem que nenhum tornava atraç a durando asi a batalha por um grande espaço de tempo os moros não poderão soffrer os Chrisptaons e começarão a fugir morrerão muitos d'elles em esta pelleja.

Nas tradições dos sítios do **Desbarato** e limítrofes não encontrarei referências a este combate.

Há na mesma freguesia um sítio denominado a **Fonte do Mouro**. Chamei a atenção de um ilustre cavalheiro para a lenda que corre nesta vila de Loulé referente àquele sítio, e não obstante enviar os seus esforços nada ali encontrou. A lenda aludida e que me foi contada por uma das velhinhos de Loulé consiste em que ficara encantada no fundo da fonte, onde há um palácio, certa moura muito rica, que tem ao lado do seu leito de ouro doze alcofias de diamantes e brilhantes.

Na mesma freguesia há ainda dois sítios, a **Mesquita Alta** e a **Mesquita Baixa**, onde também o meu aludido amigo não encontrou vestígios de lendas e o mesmo sucede respectivamente a Alportel, nome de origem serracena.

É possível que as lendas referentes àqueles sítios se não achem completamente obliteradas. Notei entre as diversas pessoas que consultei a este respeito uma visível repugnância em narrar as lendas. Atribuo essa repugnância a duas causas: o receio de cair no ridículo, pois que a época actual rasga tudo o que lhe cheira a antiguidades, e o receio de magoar os desditos encantados com a revelação das suas infelicidades.

Quando comecei a averiguação das lendas tive momentos de largar da mão este trabalho. Enchi-me de paciência e fui para diante. Felizmente tive ao meu lado alguns colaboradores que se penetraram da utilidade do assunto, e um destes foi o cavaleiro encarregado de coligir as lendas respeitantes a esta freguesia, freguesia de Estoi e a freguesia de Querença.

No lugar competente e quando tenha completa a minha co-

lecção mencionarei individualmente cada um destes bons amigos, que muito me auxiliaram neste trabalho, animando-me a levar a minha cruz até ao Calvário.

XVIII

A MOURA DE OLHÃO

A vila de Olhão é muito moderna. Em 1808 conquistou o título honrosíssimo de **Vila Nova da Restauração**.

No tempo dos mouros existiam espalhadas por todo aquele sítio muitas cabanas de pescadores. Crê-se que estas cabanas representavam então as ruínas de antiga cidade. Tudo leva a crer que em tempos longínquos, talvez anteriores aos romanos, por ali estivessem construídas grandes povoações. O **Torrejão**, nas proximidades da vila, e as torres erguidas naquele espaço de terreno até Cacela convencem-me de que a raça dos Cuneos afirmou ali a sua civilização.

Deixarei de parte o estudo de antiguidades, talvez escondidas para sempre aos olhos dos mortais, para entrar na exposição das lendas de mouras que ainda hoje ali correm.

No sítio do **Moinho do Sobrado**, nas proximidades de Olhão, no mesmo lugar onde hoje existe um armazém pertencente ao sr. Fonseca, havia antigamente, uma casa, a cuja janela aparecia, alta noite, uma formosa mulher vestida de branco.

Não obstante ninguém se atrever a passar por ali, de noite, havia um sujeito que se embriagava muitas vezes, e então abria a sua porta quase em frente da outra e deitava-se na rua sem receio. A mulher de branco aproximava-se do bêbado, fazia-lhe meiguices, e até se sentava algumas vezes a seu lado.

Certo indivíduo animoso quis um dia, ou antes uma noite, averiguar este caso extraordinário e para esse fim aproximou-se da mulher e perguntou-lhe quem era.

— Sou a desditosa Floripes, respondeu ela numa expressão triste.

— 89 —

O drama da olivicultura em Portugal

por
ANTÓNIO DE SOUSA PONTES

A Imprensa de Lisboa e também a regional tem-se ocupado da situação alarmante no sector olivícola, assim como das medidas que a Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP) propôs superiormente, no sentido de diminuir a referida situação, em face da castraria da mão-de-obra, em alta acentuada para a pouca e má que existe.

Diremos porque é que nem sempre a razão está da parte dos olivicultores, em face não só dos números da produção olivícola mundial, como da nacional, comprovando o que se faz no estrangeiro, com o que se não se faz e poderia fazer entre nós. Falamos mesmo com a experiência de vogal das antigas Comissões Técnicas Regionais do Ministério da Economia, em três distritos do País, para focar um dos problemas que mais encarecem o custo da produção da azeitona e que é a dificuldade da sua colheita.

Visitámos há cerca de dez anos a Estação de Olivicultura de Elvas e as máquinas para varejo e recolha de azeitona, uma das quais, de conceção italiana, conseguia ensacar cerca de 300 quilos de azeitona, por hora de trabalho de 2 operadores.

Disseram-nos que tal máquina fora, em parte, posta de lado por se ter revelado inoperante perante os nossos olivais, os quais não possuam o compasso e o porte que as oliveiras deveriam ter para a referida máquina SR 12 dar o rendimento que dava nos alivais italianos e espanhóis. Em resumo, ela é constituída por um tractor com 2 lanças. Uma, desenrola por baixo do copado um guarda-sol invertido, de nylon, que comunica por tubo de plástico que transporta o ar

Comissões Parlamentares na Assembleia da República

comprimido. E, assim, 2 homens apenas, conseguem ensacar cerca de 300 quilos de azeitona limpa por hora de trabalho, visto que a azeitona e as folhas são separadas no interior do tractor, por meio de uma ventoinha.

Sucedeu porém que antes do 25 de Abril de 1974, levámos ao Algarve uma máquina portátil de varejo de azeitona, para apanhar algumas das 4 200 000 amendoeiras que a Estimativa da existência de árvores de fruto do Algarve, dos engs. agrónomos prof. Henrique de Barros e R. Vital Rodrigues tinham encontrado na referida Província, por incumbeência do I. N. Estatística, e foi publicada em 1954, depois das amostragens convenientes.

Constituía a referida varejadora de um moto-pulverizador, dos que são usados na vinicultura e fruticultura, para aplicação dos insecticidas e pesticidas. O sopro de ar comprimido porém, fazia acionar uma varinha de aço de 50 centímetros que actuava, por meio de uma bicha metálica, dentro de um tubo leve de dura-alumínio. As várias centenas de rotações por minuto da referida varinha metálica, fazia cair rapidamente as amêndoas e as respectivas folhas caducadas das amendoeiras, sendo os frutos apanhados rapidamente dos panos de nylon colocados sobre o solo.

O único senão residia no facto da vibração produzida pela rotação acelerada da vara metálica cansar demasiado o braço dos operadores.

Sugerimos que tal dificuldade fosse ultrapassada, colocando o moto pulverizador sobre um carro de mão e sobre ele um tripé, na junção do qual um dispositivo rotativo acoplado a um amortecedor, receberia os impulsos da rotação acelerada da varejadora.

(Continua)

E. U. A. PREPARAM novo corredor aéreo para a Europa

Portugal seria um dos países contactados para o efeito, mas fontes oficiais portuguesas não confirmam.

Diz o cenário que de acordo com informações recebidas de boa fonte londrina, Washington terá pedido aos governos de Portugal, Espanha, Grécia e Turquia autorização e facilidades de utilização dos seus territórios, caso venha a ser necessária uma intervenção americana no Golfo Pérsico e no Oceano Índico.

Não tendo sido solicitado uma resposta imediata, mas apenas a admissão da hipótese se tal acção vier a ser necessária.

Ao serem contactados, por informadores de «O Diabo», os Ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, informaram de que desconheciam a diligência americana.

Depreende-se de acordo com a notícia, que os americanos desejam «apalpar terreno» e conhecer com antecedência as facilidades com que poderiam contar para o transporte das suas forças e apoio logístico para o «Médio Oriente» prevendo a necessidade de vir a instalar bases aéro-navais em Omar, na Somália e outros lugares da África.

Em 1973, os americanos estabeleceram uma ponte aérea (via Açores) e bases em Creta para a 6.ª Esquadra para garantirem apoio a Israel.

Agora dá a impressão que os E. U. A. pretendem obter licença para utilização do espaço aéreo dos países acima mencionados.

nados com o fim de conseguir «corredores aéreos de segurança controlada».

A iniciativa da «Casa Branca» fundamenta-se no facto de admitir que, num conflito futuro a «Líbia» possa ser utilizada como base Soviética para a interceptação dos voos americanos sobre o «Mediterrâneo».

O recente acordo entre gregos e turcos para a reabertura do tráfego aéreo no «Mar Egeu» (que foi suspenso em 1974) vai facilitar a utilização dum corredor muito mais ao Norte.

Fontes diplomáticas gregas admitem que terá sido essa a razão que levou os turcos a removerem os obstáculos que punham à abertura do tráfego, directo sobre o «Mar Egeu».

É por enquanto desconhecida a reacção dos 4 governos ao pedido americano esperando-se no entanto que ele encontre algumas dificuldades em «Atenas e Ancara» por:

— os gregos mostram relutância em ficarem envolvidos em planos militares desta natureza por o seu país não pertencer à NATO.

— os turcos, por terem fronteiras com a «União Soviética», receiam retaliações, uma vez que a referida operação militar se não enquadra no plano de defesa da NATO.

Até já se sabe, que a «Rússia», já fizera sentir à «Turquia», que uma maior aproximação com os Estados Unidos da América poderá ter para aquele país, graves consequências.

FALECIMENTOS

Dr. Leão Ramos Ascensão

Faleceu no passado dia 3 em Lisboa, cidade onde há muitos anos residia, o nosso conterrâneo sr. dr. Leão Ramos Ascensão, Secretário-Geral, apresentado da Junta Nacional de Marinha Mercante, tendo sido um católico praticante e monárquico convicto. Pertencia ao Conselho Privado de S. A. R. o senhor Duque de Bragança.

O dr. Ramos Ascensão frequentou o Liceu de Faro, formando-se em Direito na Universidade de Lisboa, tirando depois o então chamado Curso Superior Colonial. Dedicou-se à vida forense e foi professor do Ensino Liceal e do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Deixou vários trabalhos de grande valor histórico.

O saudoso extinto, deixou viúva a nossa conterrânea sr. D. Marcolina de Oliveira Ascensão e era pai da sr. Eng. D. Marcolina de Oliveira Ascensão Fernandes de Azevedo e dos srs. dr. António de Oliveira Ramos Ascensão e prof. doutor José de Oliveira Ascensão, ambos ausentes no Brasil, onde o segundo é catedrático da Faculdade de Direito do Recife; dr. Miguel de Oliveira Ascensão, dr. Paulo de Oliveira Ascensão, eng. João Manuel de Oliveira Ascensão e dr. Nuno Joaquim de Oliveira Ascensão e sogro das sr. D. Maria da Piedade Aboim Ascensão de Sande Lemos, dr. D. Maria Teresa Pereira de Castro Ascensão, D. Lígia Maria Matos Barata Ascensão, D. Ana Cristina Alexandre Ascensão e D. Graciela Maldonado Ascensão e do sr. eng. Mário Fernandes de Azevedo.

Contando apenas 19 risonhas primaveras, e em consequência de trágico acidente ocorrido em sua casa, faleceu no dia 15 de Março, no sítio de Alto Fica (Alte), donde era natural, a menina Madalena Maria Pires Graça, aluna do 7.º ano do Liceu de Loulé, prendida filha do nosso estimado amigo e assinante dedicado sr. José Francisco Palmeira Graça, proprietário em Alto Fica e da sr. D. Maria Lise Simões Pires, irmã da menina Maria Pires Graça e sobrinha do sr. Manuel Palmeira Graça, casado com a sr. D. Maria Rodrigues Valente.

O inesperado acontecimento e o facto de se tratar de uma jovem que gozava de gerais simpatias nas redondezas da sua residência, contribuiram para que o seu funeral tivesse sido uma das mais sentidas manifestações de pesar de que há memória na zona de Alte.

De salientar a presença maciça de jovens estudantes que, ao longo dos seus estudos, conheciam e estimaram a Madalena Graça.

Aos desolados pais, apresenta «A Voz de Loulé» a expressão do seu mais sentido pesar.

Em casa de seu filho, em Loulé, faleceu há dias a sr. D. Maria de Vilhena Cuba Brás Ramos, viúva do sr. Tomás Ramires Ramos, que contava 91 anos e era natural de Ervidel.

A saudosa extinta era mãe do sr. Anjos Ramos de Vilhena,

casado com a sr. D. Celeste Marques Campanelas Ramos Vilhena, residentes em Ervidel, da sr. D. Guilhermina Ramos de Vilhena, casada com o sr. dr. Francisco Rita dos Santos, residente em Lisboa, do sr. coronel José de Vilhena Ramires Ramos, casado com a sr. D. Maria de Lourdes Louzeiro Ramires Ramos, residentes em Lisboa e do nosso prezado amigo e dedicado assinante sr. Joaquim de Vilhena Ramires Ramos, contabilista da firma Andrade & Andrade desta vila, casado com a sr. D. Dina Maria Rocha Carapeto Ramires Ramos.

O funeral da sr. D. Maria Vilhena Ramos realizou-se para o cemitério de Ervidel.

Faleceu em Lisboa, aonde se deslocou por motivos de saúde, o sr. Raul Nunes Ferreira, de 66 anos de idade, economista da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve, em Faro, onde residia. Natural de Loulé, o saudoso extinto que era muito conhecido nos meios afectos à actividade hoteleira, exercera também idênticas funções no Hotel Faro. Deixa viúva a sr. D. Irene Ferreira e era pai da sr. D. Anabela Ferreira e de Alexandre Ferreira.

Faleceu em Loulé no passado dia 13 de Março, o sr. Virgílio da Costa Mariano, natural de S. Brás de Alportel, que contava 83 anos de idade e era viúvo da sr. D. Isabel Martins Mariano.

O saudoso extinto que, durante muito tempo foi estabelecido na Rua da Carreira, com estabelecimento de fazendas, era pai da sr. D. Adélia Martins Mariano, casada com o nosso prezado amigo sr. Custódio Joaquim de Brito Afonso, comerciante da nossa praça, e avô da sr. António Carlos Mariano de Sousa e da menina Maria Crisitina Mariano Afonso.

As famílias enlutadas enviam os nossos sentidos pesares.

A Voz de Loulé, n.º 772 de 3-4-80

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

Por este Tribunal, 2.º Secção, na execução ordinária n.º 23/75, movida por José Augusto Pinto contra José Augusto Coelho e Pinto e mulher Mariana Adelaide Messias Costa Coelho e Pinto, correm éditos de 30 dias, a contar da 2.ª publicação deste anúncio, notificando o condómino FRANCISCO HERRERA AMIGO, solteiro, maior, comerciante, brasileiro, ausente em parte incerta do Brasil, cuja última morada conhecida foi na rua Basílio Teles, 3-A, Portimão, por despacho de 19 de Janeiro último que ordenou a penhora no direito a 1/2 que os executados possuem no prédio rústico sito no Vale da Areia, Ferragudo, Portimão, inscrito na matriz sob o art.º 860, direito que fica à ordem do Tribunal, podendo notificando, no prazo de 5 dias, que comece a correr depois de fundo o dos éditos, fazer as declarações que entenda quanto ao mesmo direito e ao modo de tornar efectivo.

Loulé, 28 de Março de 1980.

O Juiz de Direito, Mário Meira Torres Veiga

O Escrivão de Direito, João-Maria Martins da Silva

Hotel Dona Filipa

ADMETE PESSOA RESPONSÁVEL PARA TRABALHO NOCTURNO NA RECEPÇÃO

- Bom ordenado
- Trabalho permanente
- De preferência com mais de 30 anos

Contactar o Director do Hotel pelo telefone 94141

ALMANSIL

O ESCÂNDALO DA ÁGUA CANALIZADA EM LOULÉ

(continuação da pág. 1)
a essas pessoas que, por sistema, por hábito, por negligência, por descuido, por preguiça ou simplesmente porque se estão nas tintas para pagarem o que devem.

Ninguém tem querido assumir a responsabilidade de deixar uma família sem água para beber, talvez receando que essa mesma família vá depois à Câmara insultar (ainda por cima) a pessoa ou pessoas que tomaram essa acertada medida.

E assim se têm passado os anos e criado novos estímulos para que cada vez mais municípios não paguem a água que consomem e que sempre barafustam (se calhar até são os que mais barafustam) quando há algum corte accidental de água!

Nós entendemos que esta situação não pode manter-se porque já é tempo de as pessoas se compenetarem de que devem cumprir com o pagamento das obrigações que assumem. De resto, não acreditamos que haja alguém por aí tão pobre que não tenha dinheiro para pagar a água que bebe. Não somos assim tão pobres.

Além da clamorosa injustiça de as pessoas não pagarem à Câmara a água que aquela entidade lhes faculta, comete-se ainda o crime de a mesma Câmara dizer aos municípios que a exploração da água dá prejuízos e que por isso o seu preço tem que ser aumentado, tal como aconteceu recentemente. E foi tão exagerado que houve «montes» de reclamações e muitas pessoas disseram abertamente: «para mim tanto se me dá, não tenciono pagar a água!»

Claro que esta situação não pode continuar. Não há direito que os cidadãos honestos e cumpridores estejam a pagar... para

outros usufruirem aquilo que não merecem: a água que bebem!

Os contribuintes portugueses devem presentemente ao Estado 50 milhões (50 000 000!) de contos, dívidas que os Governos dos últimos anos não se preocuparam em tentar receber, naturalmente porque tem sido muito mais cômodo aumentar as contribuições, sempre que precisam de mais e mais dinheiro para alimentar as empresas nacionalizadas e em permanente «congestão». Esses Governos aumentaram as contribuições e aumentaram brutalmente as coisas e agora, os seus partidários, estão muito indignados porque o actual Governo aumentou os preços das coi-

sas, como se isso acontecesse pela primeira vez...

Mas o Governo vai agir e vai facilitar o pagamento dessas dívidas em vez de, mais uma vez, aumentar de novo as contribuições.

É, portanto, urgente que a Câmara de Loulé siga o exemplo do Governo e force os consumidores de água do concelho de Loulé (sem se esquecer do «cancro» de Vale do Lobo, onde cerca de 80% dos consumidores se «esquecem» que devem a água) a pagarem as contas de água que tão prodigamente lhes fornece há tantos anos... sem qualquer compensação.

A Câmara tem a Lei e razão do seu lado. Tem que agir com justiça.

CONTENG — Consórcio Técnico de Engenharia e Arquitectura, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

Notário: — Licenciada Maria Odília Simão Cavaco e Duarte Chagas

CERTIFICO: — para efeitos de publicação que por escritura lavrada em dezembro de Março do ano corrente, de folhas 129 a folhas 131, v.º do livro n.º C-sessenta e dois, de notas para escrituras diversas do Cartório acima indicado, foi constituída entre João Manuel dos Reis Pinto, José de Sousa Cabrita, Alida Peres Frazão Pereira Marques, António José Sales Rocha, Maria Manuela dos Santos Guerra Dionísio de Meneses Cunha e Orlando Augusto Meneses Cunha, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

Artigo Primeiro — A sociedade adopta a firma de «Conteng — Consórcio Técnico de Engenharia e Arquitectura, Limitada», e tem a sua sede na Rua Latino Coelho, n.º 2, 2.º, esq., na vila, freguesia e concelho de Albufeira, e durará por tempo indeterminado a partir de hoje.

Artigo Segundo — O ob-

jecto da sociedade é a elaboração de estudos e projectos de engenharia, arquitectura, desenvolvimento e comércio de produtos a elas ligados, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, em que a sociedade acorde e seja legal.

Artigo Terceiro — O capital social é de quinhentos mil escudos, integralmente realizado em dinheiro, já entrado na caixa social e representado pela soma de seis quotas, sendo uma no valor de cem mil escudos, do sócio João Manuel dos Reis Pinto, uma no valor de cinquenta mil escudos do sócio José de Sousa Cabrita, uma no valor de cinquenta mil escudos do sócio Alida Peres Frazão Pereira Marques, uma no valor de cinquenta mil escudos, pertencente ao sócio António José Sales Rocha, uma no valor de cem mil escudos pertencente à sócia Maria Manuela dos Santos Guerra Dionísio Meneses Cunha e uma no valor de cento e cinquenta mil escudos, do sócio Orlando Augusto Meneses Cunha.

Artigo Quarto — Poderão fazer-se prestações suplementares de capital quando houver acordo entre os sócios, podendo estes também fazer suprimentos à sociedade.

Artigo Quinto — A gerência da sociedade e a sua representação activa e passiva pertence ao sócio João Manuel dos Reis Pinto, e a outro sócio ou não, a nomear em Assembleia Geral reunida para o efeito, com dispensa de caução para o primeiro.

Parágrafo Primeiro: — Em nenhum dos casos poderão os gerentes obrigar a sociedade por fianças, abonações, letras de favor e mais actos e documentos de interesse aos negócios da própria sociedade.

Artigo Sexto — Para que a sociedade fique validamente obrigada, são necessárias as assinaturas conjuntas dos dois gerentes, excepto em assuntos de mero expedien-

A falta de casas e de parques industriais no Algarve

(continuação da pág. 1)
revelam — poderiam dar um grande impulso à resolução do problema habitacional de forma simples:

1. Demarcariam, em terrenos seus (ou terrenos do Estado solicitados para o efeito) as áreas destinadas a habitação social e as áreas destinadas a projectos industriais, terrenos esses cuja cedência deveria ser totalmente gratuita, de forma a atrair os interessados, tanto local como nacionalmente.

2. Encomendariam a empresas especializadas em urbanização e construção a apresentação dos respectivos projectos, abrirem novo concurso para a construção dos mesmos, sujeitando-os a preços mínimos.

3. As empresas construtoras que ganhassem os concursos obrigariam os concorrentes a apresentar os prazos estabelecidos, sob pena de multas.

4. No caso das Câmaras não disporem de verbas para a concretização destes projectos, pediriam empréstimos ou avales ao Fundo de Fomento de Habitação, à Caixa Geral de Depósitos, a outras instituições de crédito ou à própria C. E. E., habilitando-se ainda aos empréstimos do Banco Mundial, Parlamento Europeu, etc.

O PROBLEMA INDUSTRIAL

Tudo quanto aqui se enuncia, pode ser feito mesmo sem dinheiro à partida. Aliás, certos bancos portugueses têm tanta liquidez que andam por aí a publicar anúncios do tipo «se tem terreno ou projecto aprovado, o resto é connosco». A própria Caixa Geral de Depósitos tem em publicação anúncios de 1/4 de página do «Diário de Notícias» subordinados ao tema «Aposte no Futuro — Construa a sua Empresa». Lê-se depois em letra pequena nestes anúncios:

«A Caixa Geral de Depósitos e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas estão a promover um concurso de projectos industriais com o objectivo de ajudarem a criar a sua própria empresa. (...) Para o efeito deste concurso, o país foi dividido em oito zonas, seis no Continente e duas nas Regiões Autónomas. Participe à escala da sua região. Pode ganhar mil contos e obter o financiamento necessário ao seu projecto...».

Cada uma das dezenas de Câmaras do nosso Algarve tem, à partida, terrenos disponíveis e tem engenheiros e arquitectos contratados. Porque não avançam elas os seus projectos industriais sem esperar pela reacção dos «capitalistas» que tanto combatem e a quem têm feito e continuam a fazer a vida negra?

Um certo «complexo de esquerda» inibe as próprias Câmaras AD de criarem postos de trabalho e casas dignas de renda barata, com medo de que os comunes as acusem de exploração capitalista?

Com tanta casa por construir no Algarve, com tanta gente desempregada, com tanto terreno livre e disponível — parece ter chegado a hora de mudar o destino infeliz do nosso povo. O calendário marca o início da Primavera, o começo do dege-lo...».

VITORIANO ROSA

APARTAMENTO

Pretendo alugar-se, junto à Praia da Quarteira, na primeira quinzena de Agosto, dispondo de 2 ou 3 quartos, além de sala, cozinha e q. b.

Resposta para A. NOBRE — Rua Capitão Carrilho, 158 — MIRAMAR - GAIA.

Vivenda e Armazém

Vende-se ou aluga-se Vivenda e Armazém, na Av. do Cemitério — Loulé.

O armazém tem área superior a 200 m².

Tratar no próprio local.

(4-3)

VENDEDOR

Precisa, armazém de mercadorias.

Nesta redacção se informa.

(3-2)

TERRENOS ALGARVE

QUINTAS, FAZENDAS, COURELAS (C/ OU S/

CASA).

PARA TODAS AS DIMENSÕES, PREÇOS E LO-

CALIZAÇÕES.

COMPRA E VENDA: JOSÉ VIEGAS BOTA — R.

SERPA PINTO, 1 a 13 — TELEF. 62634 — LOULÉ.

Industriais e dirigentes de trabalho reunem-se em Albufeira

(continuação da pág. 1)
intervier uma verdadeira conversão das mentes, das vontades e dos corações».

«Trata-se, não tanto de ter mais, mas de ser mais». «O homem não pode tornar-se escravo das coisas, escravo dos sistemas económicos, escravo da produção e escravo dos próprios produtos».

E aí se frisa também que:

«A situação do homem no mundo contemporâneo, parece estar longe das exigências objectivas da ordem moral, assim como das exigências da justiça e, mais ainda, do amor social».

Para tal muito terá contribuído a politização das relações de trabalho e a transferência para o sector público de muitos elementos do sector privado por exigências ideológicas e não de uma praxis correcta.

De facto, as ideologias, que negam o direito de propriedade e outros conexos, negam ao homem a capacidade de ser justo, equo e bom, possuindo bens ou administrando-os por conta própria. Tal recusa introduz um dado de violência, que nenhum regime legal, por mais aperfeiçoado que seja, consegue superar com justiça.

Também é violência suicida ignorar a dinâmica da socialização e obstar à participação de todos, nas decisões que a todos dizem respeito.

«O sentido de responsabilidade pela verdade é um dos fundamentais pontos de encontro da Igreja com todos e cada um dos homens».

Estes foram temas de debate e são temas para meditação, pois os homens do nosso tempo têm que aceitar não apenas a evolução duma sociedade que tem sido vítima de tantas injustiças, mas também terá que adaptar-se a novas formas de convivência, quer em relações sociais quer em relações de trabalho.

E neste aspecto foram muito numerosas as intervenções, algumas das quais bastante con-

troversas, porque exprimem diversas opiniões, aliás muito abalizadas, acerca dos complexos problemas que o 25 de Abril afluorou nas relações entre trabalhadores e a entidade patronal, a qual correu o risco de ser banida da sociedade portuguesa para ser substituída por uma entidade única e soberana que em tudo e em todos mandaria despoticamente, como é norma corrente nos países que exportam doutrinas e as impõem pela força das armas ou imperativo da coação... em nome duma pretensa libertação do homem, para depois o escravizar a seu bel prazer.

Entre os muitos problemas debatidos, podemos salientar alguns que hoje se colocam à consideração do empresário consciente e que não quer nem deixar-se ultrapassar pelos acontecimentos nem criar situações de tensão e conflito permanentes.

Tema apaixonante é, por exemplo, o saber-se se a empresa deve arcar com as despesas de promoção profissional e intelectual dos seus trabalhadores, correndo o risco de os melhores, e que fiquem mais aptos, a abandonarem logo se sintam mais preparados a ganhar mais noutras empresas ou se será preferível manter uma certa estagnação. Mantendo-a, a empresa prejudica-se porque não evolui com a rapidez necessária para um crescimento que o País exige. Se dá mais abertura aos melhores, pode também prejudicar-se porque pode perdê-los em benefício dum a firma sua concorrente. É, como se vê, um problema muito complexo.

Mas também é certo que vamos defendida a ideia de que valorização técnica e humana dos trabalhadores beneficia sempre o país em geral e que tal facto é tão importante que uma empresa não deve hesitar em melhor preparar quadros, mesmo correndo o risco de assim beneficiar um colega concorrente.

OFERECEMOS 5.000\$00 (ou mais)

Oferece-se pela restituição total de +—1500 mts. de filme de 8 m/m e equipamento, roubados do Restaurante «O BARÃO».

Os filmes representam 45 anos de história de uma família, e apenas pode interessar à própria.

Não têm valor comercial.

Contactar por telefone para 089 - 62719 ou 089 - 65326, ou para Apartado 10 — 8101 LOULÉ.

VAI VIAJAR?
CONSULTE:



— NORTUR
AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO

TRATA DE PASSAPORTES, VISTOS VIAGENS
DE AVIÃO, COMBÓIO E AUTOCARRO

— Marcações em Hoteis —

LOULÉ — Praça da República, 24-26
Telef. 62375 (Frente à Câmara)
FARO — Rua Conselheiro Bivar, 58
Telef. 22908 e 25303

O GOVERNADOR CIVIL DE FARO esteve em Castro Marim

(continuação da pág. 1)

tura. Por outro lado, não pode mais admitir-se que a zona de praias do Concelho continue a não ter estações de tratamento de esgotos.

Foram referidas também algumas necessidades que se põem no campo da Educação e da Saúde.

Nota especial mereceram os planos de Urbanização em curso para toda a parte Sul do Concelho que permitirá evitar construções desregadas.

Analisou-se as potencialidades turísticas existentes e o interesse na instalação de uma pousada no Forte de Castro Marim de que já existe um projeto. Ao mesmo tempo, reconheceu-se a necessidade de que o turismo do litoral cresça de uma forma correcta e com estrito cumprimento das normas legais para salvaguarda dos interesses dos turistas e das populações.

Nota de realce foi dada à futura ponte sobre o Guadiana a ser instalada no Concelho e que por certo muito contribuirá para que Castro Marim e as suas populações possam melhorar progressivamente.

Reconheceu-se ainda o interesse em que o Governador Civil promova reuniões entre as Câmaras cujos concelhos são ribeirinhos ao Guadiana com vista a encontrar-se as melhores soluções para o aproveitamento do rio.

I Congresso Nacional sobre o Algarve

(continuação da pág. 1)

Congresso (Racal Clube — 8300 — Silves) o boletim devidamente preenchido.

Garantidas as presenças de Deputados pelo Algarve de vários sectores políticos, de Professores do Ensino Superior, de especialistas das várias matérias em debate, de autarcas das Câmaras Municipais algarvias, de empresários públicos e privados, de representantes das entidades

oficiais, numa prova do entusiasmo que há em se verem os assuntos algarvios tratados amplamente (e espera-se a adesão de ainda mais participantes), tudo se conjuga para que o I Congresso Nacional sobre o Algarve cumpra integralmente os objectivos de ver leal e pontualmente tratados assuntos tão importantes como os englobados nas suas 3 grandes zonas: Cultura, Ciência e Educação; Saúde e Meio Ambiente; Economia.

Tal pai Tal filho.



A Ford lança, agora em Portugal, a nova geração de Tractores Ford da série 1000. Os mini-Tractores Ford foram concebidos para proporcionarem uma excelente adaptação aos mais variados tipos de tarefas. Tais como os trabalhos nas vinhas, nos pomares, nas áreas de horticultura, ou nos campos de golf, etc. Com:

- Motor Diesel;
- 12 velocidades;
- Controle de profundidade;
- Tracção às quatro rodas;
- Blocagem de diferencial.

E é um gosto vê-los a trabalhar. Porque, tal como toda a gama de Tractores Ford, os novos modelos da série 1000 possuem uma notável capacidade de trabalho.

Tal pai... Tal filho...

TRACTORES FORD. UMA EQUIPA DE TRABALHADORES INCANSÁVEIS.
COM MAIS DE 60 ANOS DE EXPERIÊNCIA

FOMENTO INDUSTRIAL
E AGRÍCOLA DO ALGARVE, LDA.
Largo de S. Luís - Telef. 23061/4
8000 FARO



Tractores
Equipamento

Um homem perdido

A entrada de Manuel Maria Múrias na prisão do Linhó não teve foros de acontecimento nacional. Caçado pela polícia à saída de casa, como um vulgar carteirista, não lhe foi manifestada a solidariedade da classe profissional em que trabalha.

Não se indignaram os sindicalistas. Não se agitou a intersindical. Não se iniciou uma ameaça de greve. O encarceramento de Manuel Múrias, para além de ser, de facto, importante, teve a excelsa virtude de ser sintomático. Primeiro por demonstrar o cinismo da Lei. Segundo pela evidência de não serem os homens da Imprensa um todo coeso, separados como estão pelas barreiras ideológicas que os dividem. E, tertio, pela reconfortante certeza de, no mundo interessado e materialista onde vivemos, ainda existir um Homem que, pelo seu Ideal, para além da prisão, lutará até à morte, desconhecendo fadigas e perigos, ignorando afrontamentos e prepotências ou o aliciante cantar da sereia das riquezas fáceis para subornar consciências. É Manuel Maria Múrias um jornalista da Direita. Posição clara, limpida, assumida com inexcedível e inaudita coragem no País da Esquerda Triunfante. Aqui começa o cinismo da Lei. Entendeu a máquina judiciária encarcerar o jornalista Múrias por ofensas ao artilheiro Antunes. Não discutimos as decisões dos tribunais. Estranhemos, somente, que nenhuma lei se possa invocar quando um governante não respeita o acordo assinado em Alvor, quando um ministro esbanja o dinheiro dos contribuintes em viagens constantes e que nunca serviram para nada, quando um cidadão usa o Poder sem um único voto, num Estado dito democrático, inserido na Europa e membro da NATO. Nenhuma lei existe, ou se existe não funciona, para se aferirem as responsabilidades diretas ou indiretas do artilheiro Melo Antunes. No assassinato à traição de milhares de Portugueses na chamada Descolonização Exemplar. Descolonização de que Antunes foi inspirador, patrono e agente, sacrossanto protector do PREC com simpatias pela canalhada do MPLA e homem forte do regime anárquico-revolucionário que destruiu a Economia Nacional na ditadura comunista que ele mesmo ajudou a instalar, à força, depois da inventona soviética da bandalheira do 11 de Março.

Pode Manuel Múrias ser condenado a catorze meses de prisão por, em duas ou três fases, ter ofendido a chamada honra do artilheiro da revolução. Em nome da Lei ninguém pode condenar Melo Antunes. Pelo Ultramar que entregou ao Imperialismo Moscovita. Pelo Holocausto dos Timorenses. Medido não em artigos do Código, mas em montões de cadáveres.

Um OVNI em Loulé?

Do Núcleo de Portimão do Centro de Estudos Astronómicos e de Fenómenos Insólitos, recebemos uma carta perguntando se, há relativamente pouco tempo, teriam sido observados sobre Loulé um, ou mais, Objectos Voadores não Identificados.

Já respondemos para Portimão confirmado que, realmente, foi visto, há cerca de 15 dias, algo de estranho no céu de Loulé e fazemo-lo com convicção por que se dá a coincidência de a testemunha ser pessoa de nossa família, pelo que o facto tem cunho de verdadeiro.

Se era OVNI ou não, não pode ser afirmado, mas que era um jorro de luz esverdeado e correndo a alta velocidade no

resto. Pelo Neo-Colonialismo cubano que vem pilhando, saqueando e roubando as riquezas que os Portugueses criaram. Regando a terra com o suor do trabalho. Vencendo a selva com as catanadas dum vento de ferro. Por palavras vai um Homem de bem para a enxovia onde sofre. Por actos, autocráticos e antinacionais, incondenável é um senhor qualquer, desconhecido e sem fama, a quem a revolta, entregou o Poder e dele tão mau uso fez que quase perdemos a soberania, a independência e a Honra de termos nascido nesta terra amargurada e traída. Em nome da lei...

Quando um regime político, utilizando o Poder Judicial, encarcerar um jornalista comece a mostrar a sua fraqueza e a anunciar o seu fim. Não é a Democracia quem está em causa. Mas sim os autocratas revolucionários, os artilheiros Antunes, os Pás Lourenços, os Generais Charais. Gente sem mandato do Povo. Sem procuração do voto das Forças Armadas. Sem a mínima formação intelectual para exercerem os elevados cargos que abocanharam de G-3 engatilhada na prepotente coacção aberrante do Pacto MFA-Partidos.

Quando Manuel Múrias é preso e os jornalistas se calam, atentos, veneradores e obrigados, estiola a vivência democrática porque uma Informação castrada é um dos alicerces da mentalidade fascista ou da ditadura encoberta. Não é Manuel Múrias quem jaz no Linhó numa cela de dois metros por quatro. É a Liberdade de Imprensa. Não é Manuel Múrias quem foi condenado. Foi a Liberdade de Pensar. Não foi Manuel Múrias quem sofreu a ignomínia de ser privado da Liberdade em nome da Liberdade. A ignomínia a sofre uma Nação inteira quando é obrigada a suportar um órgão de soberania não democraticamente eleito: o Conselho da Revolução. Em nome da Lei...

O silêncio cúmplice da Televisão prostituída que somos obrigados a suportar, quando tantas vezes se indigna e barafuda porque um jornalista foi preso na Patagónia de Baixo ou no Paraguai de Cima, dá-nos a medida exacta do clima de mentira organizada que foi imposto a «este País» e da manipulação grosseira que se exerce coercivamente sobre os cidadãos por via da revolta militar de Abril. Errou o regime (e a lei espelha o regime...) quando pretende calar um jornalista polémico, da craveira dum Múrias. Porque os homens que têm o Ideal da Pátria acima das crises ideológicas dos sistemas políticos temporários, trazem em si o fermento irreversível que acabará por expulsar os vendilhões do Templo, os Judas da traição, os pulhas de todos os tempos, os camaleões de todas

as épocas, os bandalhos de todas as bruscas transições revolucionárias. Em nome da Fé...

Descansado dorme no valioso andar das Torres do Restelo o artilheiro Antunes. A porta o esperará o automóvel do Estado. Goza, impante, os últimos minutos dum Poder que julgaria eterno. É um homem perdido. Ganhou, apenas, uma causa em Tribunal. Mas perdeu, para sempre, o respeito da Nação. E na cela do Linhó, humida e fria, se arquiva a prova de que a falsa Liberdade dos falsos democratas de Abril não passa dum mito, miragem enganosa para ludibriar um Povo. Chama-se Manuel Maria Múrias. Jornalista de Direita num País tiranizado por uma Mafia de Esquerda. Homem de bem. Com um Ideal no coração. Múrias que, aos filhos, deixará um nome. De Português. Honrado. Assim se escreve a História. Entre patriotas e traidores. Entre erros judiciais e imposições políticas. Entre leis injustas, e injustiças legais. Entre pobres sacrificados nas rodas dentadas da ambição política e os perveros interesses do Poder na desesperada luta para conservarem as posições revolucionárias alcançadas, mas que o Estado de Direito contesta e não mais poderá permitir. Pobre artilheiro Antunes. Um abraço, Manuel Maria. Até amanhã. Em nome da Esperança...

MANUEL DE PORTUGAL

(De «O Tempo»)

PRESO POR ABUSO

À LIBERDADE DE IMPRENSA

Manuel Múrias, director do semanário «A Rua» foi detido quando saía da sua residência no Monte Estoril porque havia um mandado de captura contra ele após ter sido condenado em 14 meses de prisão por crime de abuso de liberdade de Impren-

Cerca de 10 000 agricultores reuniram-se em Barcelos, num comício organizado pela C. A. P. no qual, foi decidido realizar várias manifestações de massas em apoio à política agrícola do actual Governo.

No comício salientaram-se várias medidas governamentais a favor do sector agrícola e foi criticada a actuação do P. S. e do P. C. P.

Ao dirigir-se, verbalmente, aos agricultores, o secretário geral, José Manuel Casqueiro, referiu-se à surpresa de se reunirem «tantos agricultores», numa expressiva demonstração de firmeza, militância e de consciência na «defesa da iniciativa privada e da Liberdade».

Dizendo ter este Governo, feito mais em 2 meses pelos agricultores do que os socialistas e comunistas em 5 anos, aliás, segundo Casqueiro, a desastrosa situação agrícola não é culpa do 25 de Abril mas do P. S. e do P. C., que o traíram.

Por fim, apelou aos presentes para que impeçam que os «socialistas e comunistas» destruam a «Reforma Agrária», a verdadeira e desejável que o Governo está a realizar, cumprindo a «Lei Barreto», distribuindo a terra aos agricultores, sequeiros e trabalhadores agrícolas.

Uma delegação da C. A. P., entretanto, avistou-se em Lisboa com o Ministro da Agricultura e Pescas, com quem abordou temas deste sector, nomeadamente a entrega de reservas e concessão de créditos.

Por sua vez, trabalhadores rurais do distrito de Portalegre,

elegiram a sua «Comissão Promotora do Sindicato Democrático dos Trabalhadores Agrícolas», ficando a Assembleia Instaladora marcada para Abril e o Congresso da constituição do seu Sindicato para Maio.

Tudo indica, que finalmente se irá na verdade, entregar terra a quem a cultive de facto, acabando deste modo com os latifúndios estatais que tão gravosos têm sido.

REALIZOU-SE

EM SANTARÉM

o I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural

Organizado pela Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém e com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura, realizou-se em Santarém nos passados dias 25, 26 e 27 de Janeiro, o I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património.

O Encontro que constou de exposições, comunicações, passeios e visitas de estudo e exibição de filmes, foi bastante concorrido. Cerca de 50 presenças, havendo a assinalar 2 do Algarve: o Centro de Estudos Marítimos de Lagos e a Associação Pró-Casa da Cultura de Loulé.

Esta Associação foi representada pelo Arq. Vasco Massapina que em duas intervenções de fundo focou o «Plano de Salvaguarda dos Centros Históricos, Contributo para o Levantamento, Investigação e Defesa do Património Histórico-Arquitectónico-Urbano» e «Participação Popular na Defesa e Recuperação do Património Histórico-Arquitectónico-Urbano, Relação desta Participação com as Autarquias».

As 2 intervenções do Arq. Vasco Massapina, podem ser um forte contributo para alertar as autarquias e as populações sobre a Defesa do Património Histórico-Urbano-Arquitectónico e Cultural. Devido à sua extensão não nos é possível publicá-las no nosso jornal.

No Encontro, a Associação Pró-Casa da Cultura de Loulé foi eleita para o novo Secretariado Nacional que organizará os Estatutos dum Federação Nacional de Associações. O próximo Encontro realizar-se-á em Braga, em 1981.

Durante o mês de Fevereiro

a PSP do Algarve

detectou 357 infracções de trânsito

Segundo informação que nos foi fornecida pelo Comando de Faro da P. S. P., durante as várias operações stops levadas a efeito e ainda nas fiscalizações de rotina, foram detectadas 357 infracções ao regulamento de trânsito.

O maior número de transgressões registaram-se em: estacionamento irregular (127); desobediência à sinalização (91); falta de apresentação de livrete (76); manobras perigosas (27); escape livre (16); falta de licença de condução (15); falta de luz (17) e ainda outras de menor importância.

Foi preso um indivíduo por condução ilegal.

A partir do dia 25 de Abril, Portimão também terá o seu Centro de Apoio a Idosos, obra de inegável mérito que preencherá uma lacuna que é evidente não apenas naquela cidade, mas também um pouco por toda a parte.

É consolador verificar que estes Centros se vão criando por todo o País, o que é sintoma de que os tempos vão mudando para os reformados e os sem família.

REALIZOU-SE EM ALBUFEIRA

o I Encontro Nacional dos Comerciantes

de Frutas e Produtos Hortícolas

O local escolhido foi o Hotel Montechoro e teve lugar nos dias 21, 22 e 23 de Março. O objectivo principal deste Encontro foi o de contribuir para uma tomada de consciência dos problemas específicos da produção, comercialização no mercado interno e no de exportação de frutas e produtos hortícolas, procurando as soluções possíveis para aperfeiçoar e corrigir deficiências dos circuitos de comercialização, através de:

Portimão vai ter

o seu Centro de Apoio

a Idosos

A partir do dia 25 de Abril, Portimão também terá o seu Centro de Apoio a Idosos, obra de inegável mérito que preencherá uma lacuna que é evidente não apenas naquela cidade, mas também um pouco por toda a parte.

É consolador verificar que estes Centros se vão criando por todo o País, o que é sintoma de que os tempos vão mudando para os reformados e os sem família.

AGRICULTORES VÃO APOIAR O GOVERNO

Cerca de 10 000 agricultores reuniram-se em Barcelos, num comício organizado pela C. A. P. no qual, foi decidido realizar várias manifestações de massas em apoio à política agrícola do actual Governo.

No comício salientaram-se várias medidas governamentais a favor do sector agrícola e foi criticada a actuação do P. S. e do P. C. P.

Ao dirigir-se, verbalmente, aos agricultores, o secretário geral, José Manuel Casqueiro, referiu-se à surpresa de se reunirem «tantos agricultores», numa expressiva demonstração de firmeza, militância e de consciência na «defesa da iniciativa privada e da Liberdade».

Dizendo ter este Governo, feito mais em 2 meses pelos agricultores do que os socialistas e comunistas em 5 anos, aliás, segundo Casqueiro, a desastrosa situação agrícola não é culpa do 25 de Abril mas do P. S. e do P. C., que o traíram.

Por fim, apelou aos presentes para que impeçam que os «socialistas e comunistas» destruam a «Reforma Agrária», a verdadeira e desejável que o Governo está a realizar, cumprindo a «Lei Barreto», distribuindo a terra aos agricultores, sequeiros e trabalhadores agrícolas.

Uma delegação da C. A. P., entretanto, avistou-se em Lisboa com o Ministro da Agricultura e Pescas, com quem abordou temas deste sector, nomeadamente a entrega de reservas e concessão de créditos.

Por sua vez, trabalhadores rurais do distrito de Portalegre,

— Debate dos problemas do sector, existentes no País, situação actual e perspectivas da evolução do mercado interno e externo; hipóteses de soluções.

— Avaliação das prováveis consequências para a produção e comercialização das frutas portuguesas em geral e do Algarve em particular, face à previsão integração de Portugal no Mercado Comum.

— Necessidade de aperfeiçoamento e de reestruturação das empresas comerciais do sector, para enfrentar o futuro.

Durante as reuniões de trabalho foram tratados os seguintes problemas:

TEMA A — Produção, preparação, comercialização e exportação de frutos secos e seco e de produtos hortícolas industrializados.

TEMA B — Produção e comercialização de frutas frescas e produtos hortícolas.

TEMA C — Produção e comercialização de batata-consumo e produção e importação de batata-semente.

TEMA D — Projectos de Regulamento das Actividades Sectoriais e da Contratação Colectiva de Trabalho.

Foram efectuadas visitas de Estudo em instalações de produção, de preparação, selecção e calibragem de frutos secos e de frutas frescas.